



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Distrito Federal
1ª Vara Federal Cível da SJDF

SENTENÇA TIPO "A"

PROCESSO: 1056013-84.2021.4.01.3400

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

POLO ATIVO: MUNICIPIO DE PONTA DE PEDRAS

REPRESENTANTES POLO ATIVO: ANA VICTORIA DELMIRO MACHADO - PA30570, ADRIANO BORGES DA COSTA NETO - PA23406 e ALANO LUIZ QUEIROZ PINHEIRO - PA10826

POLO PASSIVO: UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

1400872

SENTENÇA

(em embargos de declaração)

Trata-se de embargos de declaração opostos pelo Autor em face da sentença de id n. 885981593, que *julgou improcedente o pedido de reconhecimento da inconstitucionalidade das deduções adotadas pela União, para que o repasse do FPM seja realizado sobre a “receita bruta” da arrecadação, sem, portanto, a dedução dos incentivos fiscais criados por legislação infraconstitucional.*

Contrarrazões da União (id n. 951168189).

Decido.

A teor do que prescreve o art. 1.022 do Código de Processo Civil, a espécie recursal em apreço destina-se a esclarecer eventual obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão ou, ainda, corrigir erro material em que haja incorrido o provimento judicial, de modo a aperfeiçoá-lo, não lhe sendo típico o efeito de reformá-lo ou anulá-lo, apenas admissível excepcionalmente, em razão da existência dos vícios apontados.

De acordo com a legislação processual, considera-se omissa a



decisão judicial que: i) silencia a respeito de matéria sobre a qual o julgador deveria se pronunciar de ofício ou acerca da qual houve requerimento da parte; ii) silencia sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento; ou que iii) incorre em qualquer das hipóteses descritas no art.489, §1º, do CPC.

Sob outra ótica, “a contradição que autoriza os embargos de declaração é do julgado com ele mesmo, jamais a contradição com a lei ou com o entendimento da parte” (AgRg no AREsp 200.825/RJ, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 18/09/2014, DJe 30/09/2014), ou seja, “[...] é aquela interna ao julgado, caracterizada por proposições inconciliáveis entre si, e não a suposta contradição entre a decisão embargada e os interesses da parte embargante” (STJ, EDcl no AgRg no AgRg no REsp 1.383.553/PR, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 04/12/2013).

Por seu turno, a obscuridade sanável pela via dos embargos reside na falta de clareza e precisão do pronunciamento, a ponto de obstar o entendimento das questões resolvidas, ao passo que o erro material reside na existência de erros de cálculos ou de inexatidões materiais, assim entendidos os equívocos na redação da decisão (art.494, I, do CPC).

Ademais, “o julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. A prescrição trazida pelo art. 489 do CPC/2015 veio confirmar a jurisprudência já sedimentada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida” (EDcl no MS 21.315/DF, Rel. Ministra DJVA MALERBI (DESEMBARGADORA CONVOCADA TRF 3ª REGIÃO), PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 08/06/2016, DJe 15/06/2016).

Isto posto, verifico que a sentença não padece de nenhum vício previsto no art. 1.022 do CPC.

O Embargante alega que a sentença citou jurisprudência superada (Recurso Extraordinário n. 705423, julgado em 17/11/2016), sob a justificativa de que o precedente que originou esta demanda - Ação Cível Originária n. 758/SE - não se aplicaria ao caso.

Assim, alega que a sentença é omissa tanto em relação às decisões monocráticas proferidas no âmbito do Supremo Tribunal Federal, que reconheceram o direito de o Município receber as verbas de FPM sem as deduções de incentivos fiscais, bem como é omissa ao não reconhecer que há distinção entre a ACO n. 758/SE e o RE 705423.

Sendo esta a argumentação do Embargante, e versando a presente causa sobre o reconhecimento da inconstitucionalidade



das deduções adotadas pela União, para que o repasse do FPM seja realizado sobre a “receita bruta” da arrecadação, sem, portanto, a dedução dos incentivos fiscais criados por legislação infraconstitucional, *há que se reconhecer que o objeto da demanda se adequa ao precedente utilizado na sentença* (RE 705.423, Relator(a): Min. EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, julgado em 23/11/2016, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-020 DIVULG 02-02-2018 PUBLIC 05-02-2018).

Ademais, quando a sentença afirmou que, ao contrário do que sustentado pelo Autor, o entendimento também firmado pelo STF no julgamento da ACO n. 758 não socorria a pretensão, quis assentar que o entendimento do STF em ações cíveis originárias não era capaz de tornar desnecessária a observância de precedente com força vinculante, qual seja, o RE n. 705.423, Relator(a): Min. EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, julgado em 23/11/2016, Tema n. 653 da Repercussão Geral, citado como fundamento da improcedência da sentença.

Assim, em tese, estes embargos ensejariam a rediscussão de matéria já decidida, o que desafiaria a interposição do recurso próprio.

Não obstante, *diante do quanto estabelecido* no RE n. 1346658, Relator(a): MINISTRO PRESIDENTE, Tribunal Pleno, julgado em 09/12/2021, PUBLIC 17-12-2021, Tema n. 1187 da Repercussão Geral, necessária é a análise acerca da *adequação da sentença* vergastada ao referido precedente, sendo cabíveis estes embargos para esta finalidade, consoante, inclusive, jurisprudência do STF (Rcl 15724 AgR-ED, Relator(a): ROSA WEBER, Relator(a) p/ Acórdão: ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, julgado em 05/05/2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-151 DIVULG 17-06-2020 PUBLIC 18-06-2020).

Vejamos o conteúdo do precedente:



RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. REPASSES AO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM. PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL - PIN E PROGRAMA DE REDISTRIBUIÇÃO DE TERRAS E DE ESTÍMULO À AGROINDÚSTRIA DO NORTE E DO NORDESTE - PROTERRA. EXCLUSÃO DA BASE DE CÁLCULO. MULTIPLICIDADE DE RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS. CONTROVÉRSIA CONSTITUCIONAL DOTADA DE REPERCUSSÃO GERAL. REAFIRMAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO PROVIDO.

(RE 1346658 RG, Relator(a): MINISTRO PRESIDENTE, Tribunal Pleno, julgado em 09/12/2021, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-248 DIVULG 16-12-2021 PUBLIC 17-12-2021)

O Embargante sustenta que o RE n. 1.346.658 (Tema n. 1187 da Repercussão Geral) representou a superação da tese firmada no RE n. 705423 (Tema n. 653 da Repercussão Geral).

Para elucidação da questão, transcrevo trecho do voto prolatado no RE n. 705.423, Tema n. 653 da Repercussão Geral:

(...). Inicialmente, torna-se imperativo delimitar o objeto do julgamento, a fim de propiciar a exposição dos fundamentos determinantes deste voto para o deslinde da causa com posterior fixação de tese jurídica ao presente Tema da sistemática da repercussão geral.

(...).

Nesse sentido, intenciona-se delimitar o conteúdo jurídico da expressão “produto da arrecadação” encartada no inciso I do art. 159 da Constituição da República, notadamente para saber se as renúncias de receitas emanadas de tributos de competência da União interferem na composição do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Logo, cumpre-se perquirir o seguinte: é constitucional a redução do produto da arrecadação que lastreia o FPM e respectivas quotas devidas às Municipalidades, em razão da concessão regular de incentivos, benefícios e isenções fiscais relativos aos Impostos de Renda e Sobre Produtos Industrializados por parte da União?

Posta a matéria nesses termos, não assiste razão à parte Recorrente, quando afirma divergência entre o acórdão recorrido e o decidido pelo STF no Tema 42 da sistemática da repercussão geral, cujo recurso paradigma é RE-RG 572.762, de relatoria do Ministro Ricardo Lewandowski, Tribunal Pleno, julgado em 18.06.2008, DJe 05.09.2008 (...).

Assim sendo, sob as luzes do léxico próprio do Direito Financeiro, a



discussão do Tema 42 centrou-se na natureza compulsória ou voluntária das transferências intergovernamentais, ao passo que o cerne do debate a ser levado a cabo neste Tema 653 da sistemática da repercussão geral reside na diferenciação entre participação direta e indireta na arrecadação tributária do Estado Fiscal por parte de ente federativo.

A propósito, recorre-se à tese de doutorado do professor de Direito Financeiro da USP José Maurício Conti para explicitar essas categorias jurídicas:

O sistema hoje vigente de repartição de receitas tributárias no Brasil prevê, além dos tributos exclusivos de cada uma das esferas de governo, os dois tipos de participação na arrecadação: direta e indireta. Adota, por conseguinte, o sistema misto, acolhido na maioria dos Estados modernos. (...) A participação direta vem regulada basicamente nos arts. 157 e 158 da Constituição. O art. 157 trata da participação direta dos Estados e Distrito Federal na arrecadação da União e o art. 158 trata da participação direta dos Municípios nas arrecadações da União e dos Estados. (...) Prevê também a Constituição diversas formas de participação indireta. As participações indiretas ocorrem por meio da criação de fundos. (...).

(...).

Verifica-se, a propósito, que a repartição de receitas correntes tributárias no Sistema Tributário Nacional conjuga duas espécies de financiamento dos governos locais: uma pelo critério da fonte (cobrança de tributos de competência própria) e outra pelo produto, o qual se traduz em participação no bolo tributário de competência do governo central. Nessa segunda hipótese, não há direito a uma participação referente a uma arrecadação potencial máxima em que se incluiria os incentivos e as renúncias fiscais, sob pena de subversão da decisão do Poder Constituinte em momento constitucional no que diz respeito ao modelo de federalismo fiscal.

(...).

Assim, a meu ver, a normatividade constitucional vigente não permite conclusão diversa da supracitada, de modo que resta aplicá-la ao litígio em concreto, especialmente para interpretar a expressão “produto da arrecadação”, utilizada pelo arts. 157, 158 e 159 do Texto Constitucional para indicar o montante a ser partilhado pelos entes maiores para os menores.

(...).

Nesses termos, fundo é a reserva de receita afetada para aplicação determinada em lei, não sendo, em regra, dotado de personalidade jurídica. Muito ainda controverte-se na doutrina a respeito da capacidade postulatória dessa entidade jurídica, tendo em conta as dezenas de fundos financeiros sob a responsabilidade federal, de acordo com as informações disponibilizadas pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF) e Secretaria do Tesouro Nacional (STN).



Visto isso, entende-se que a natureza jurídica do FPM é mais de objeto de direito, e menos de sujeito de direito, considerada a relação jurídico-financeira, pois não possui capacidade de realizar qualquer ato jurídico, não havendo autonomia na gestão dos recursos que o integram.

Com espeque nessa natureza jurídica, compete-nos delimitar o significado normativo da expressão “produto da arrecadação”. A despeito constar no altiplano constitucional, o parágrafo único do art. 1º da LC 62/1989 indica a base de cálculo dessas transferências intergovernamentais “por fórmula”, in verbis:

“Para fins do disposto neste artigo, integrarão a base de cálculo das transferências, além do montante dos impostos nele referidos, inclusive os extintos por compensação ou dação, os respectivos adicionais, juros e multa moratória, cobrados administrativa ou judicialmente, com a correspondente atualização monetária paga.”

Ressalta-se que essa definição encontra guarida na jurisprudência do STF, formada ainda na vigência do regime constitucional pretérito, segundo a qual o produto da arrecadação abrange a arrecadação tributária bruta, sem a possibilidade de dedução das despesas administrativas e computando-se as multas moratórias e punitivas.

Observa-se novamente que o debate no âmbito do STF centrou-se na obrigatoriedade ou voluntariedade da transferência intergovernamental referente aos Fundos de Participação. Porém, no caso das desonerações tributárias, a questão que se coloca é outra, isto é, a diferenciação entre participação direta e indireta na arrecadação tributária do Estado.

Portanto, não há como se incluir na base de cálculo do FPM os benefícios e incentivos fiscais devidamente realizados pela União em relação a tributos federais, à luz do conceito técnico de arrecadação.

(...).

Considerado o preconizado no art. 150, §6º, da Constituição da República, em que submete à lei específica a concessão de “qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições”, por sua vez regulada no art. 14 da LC 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a desoneração tributária regularmente concedida impossibilita a própria previsão da receita pública. Logo, torna-se incabível interpretar a expressão “produto da arrecadação” de modo que não se deduzam essas renúncias fiscais.

Diante dessas razões, firma-se convicção no sentido de que é constitucional a concessão regular de incentivos, benefícios e isenções fiscais relativos ao Imposto de Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados por parte da União em relação ao Fundo



de Participação de Municípios e respectivas quotas devidas às Municipalidades.

Sobre a questão em debate, esclarecedor é o voto proferido no RE n. 1346658 (Tema n. 1187 da Repercussão Geral), no qual, citando trecho do voto proferido pelo eminente Min. Alexandre de Moraes na Ação Cível Originária n. 637, esclareceu-se:

(...). Ab initio, cumpre delimitar a questão controvertida nos autos, qual seja: constitucionalidade da dedução dos valores provenientes das contribuições ao Programa de Integração Nacional - PIN e ao Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste - PROTERRA da base de cálculo do Fundo de Participação dos Municípios - FPM.

(...).

Cabe destacar que não nos passa despercebido o entendimento firmado pelo Plenário da CORTE quando do julgamento do RE 705.423, Rel. Min. EDSON FACHIN, Tema 653, no qual foi fixada tese no sentido de que É constitucional a concessão regular de incentivos, benefícios e isenções fiscais relativos ao Imposto de Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados por parte da União em relação ao Fundo de Participação de Municípios e respectivas quotas devidas às Municipalidades.

Entretanto, o precedente mencionado não se aplica ao caso concreto, comportando necessária distinção. Com efeito, ao analisar o Tema 653, a CORTE se debruçou sobre tese desenvolvida pelo Município que objetivava a exclusão dos valores de todos os benefícios, incentivos e isenções fiscais de IR e de IPI concedidos pelo Governo Federal.

Naquela oportunidade, fruto de um exame geral do contexto fático, entendeu-se que a desoneração tributária regularmente concedida impossibilita a própria previsão da receita pública. Logo, torna-se incabível interpretar a expressão produto da arrecadação, de modo que não se deduzam essas renúncias fiscais. Ficou a ressalva, contudo, das hipóteses em que, embora diante de determinado benefício fiscal, tem-se a arrecadação, ainda que indireta, do seu produto, já que destinado pelo próprio credor tributário à satisfação de política pública sua.

(...).

Desse modo, considerando a necessidade de se atribuir racionalidade ao sistema de precedentes qualificados, assegurar o relevante papel deste Supremo Tribunal como Corte Constitucional e de prevenir tanto o recebimento de novos recursos extraordinários como a prolação desnecessária de múltiplas decisões sobre idêntica controvérsia, entendo necessária a reafirmação da jurisprudência dominante desta Corte mediante submissão à



sistemática da repercussão geral.

Ressalto que a definição sobre a impossibilidade de redução dos montantes repassados aos Municípios, por meio do FPM, em razão de incentivos fiscais concedidos unilateralmente por outro ente federativo, alinha-se com a meta de redução das desigualdades (ODS 10 da Agenda 2030 das Nações Unidas). Destarte, para os fins da repercussão geral, proponho a seguinte tese:

É inconstitucional a dedução dos valores advindos das contribuições ao Programa de Integração Nacional - PIN e ao Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste - PROTERRA da base de cálculo do Fundo de Participação dos Municípios – FPM (...).

(RE 1346658 RG, Relator(a): MINISTRO PRESIDENTE, Tribunal Pleno, julgado em 09/12/2021). Grifei.

Acrescento, pela relevância para a exata compreensão da extensão do julgado, outro trecho do voto proferido na Ação Cível Originária n. 637:

(...). Ou seja, a tese fixada pelo SUPREMO no sentido de que as renúncias fiscais não podem compor a base de cálculo do repasse ao FPE, por não integrarem o produto de arrecadação do imposto de renda, é perfeitamente condizível com a tese firmada no sentido de que os valores recolhidos a título de PIN e PROTERRA devem integrar a base de cálculo, tendo em vista que, mesmo que indiretamente, foram arrecadados pela União e destinados a fundo específico na forma de benefício fiscal, conforme já afirmado.

(...).

Essa distinção foi novamente destacada pelo Min. EDSON FACHIN, que, ao analisar o RE 1.179.685, que tinha por objeto a mesma controvérsia ora em debate, assentou o entendimento de que o PIN e o PROTERRA não poderiam ser excluídos da base de cálculo do repasse do FPM, momento em que ressaltou: (...) Ante a especificidade da matéria, torna-se inadequada a subsunção genérica à orientação perfilhada no Tema 653 da sistemática da repercussão geral, cujo paradigma é o RE-RG 705.423, de minha relatoria, Tribunal Pleno, DJ 02.02.2018. Grifei.

Assim, cotejando os precedentes do RE n. 1346658, Relator (a): MINISTRO PRESIDENTE, Tribunal Pleno, julgado em 09/12/2021, PUBLIC 17-12-2021, Tema n. 1187 da Repercussão Geral, com o precedente firmado no RE n. 705.423, Relator(a): Min. EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, julgado em 23/11/2016, Tema n. 653 da Repercussão Geral, não há que se falar em superação deste último, mas sim em distinção entre os temas, o que fica claro diante da análise tanto do voto proferido no Tema n. 1187 da Repercussão Geral, quanto do voto constante da Ação Cível Originária n. 637.



As duas teses - (i) *É constitucional a concessão regular de incentivos, benefícios e isenções fiscais relativos ao Imposto de Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados por parte da União em relação ao Fundo de Participação de Municípios e respectivas quotas devidas às Municipalidades* e (ii) *É inconstitucional a dedução dos valores advindos das contribuições ao Programa de Integração Nacional - PIN e ao Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste - PROTERRA da base de cálculo do Fundo de Participação dos Municípios* - devem conviver harmonicamente, como ressaltou-se na Ação Cível Originária n. 637.

E a forma de conciliação entre as teses ressaí do voto na Ação Cível Originária n. 637, quando se ressalta que, embora diante de determinado benefício fiscal, se presente a arrecadação, ainda que indireta, do seu produto, então é inconstitucional a dedução dos valores da base de cálculo do FPM, por já se tratar de receita pública, considerando que o tributo já ingressou na contabilidade do ente público, sendo arrecadados pela União e destinados a fundo específico na forma de benefício fiscal. É dizer, as renúncias fiscais devem compor a base de cálculo do FPM.

Noutro giro, tratando-se de demanda em que se objetiva a exclusão dos valores de todos os benefícios, incentivos e isenções fiscais sobre determinado tributo, ou seja, impugnando de uma forma geral a desoneração tributária regularmente concedida, tem-se impossibilitada a própria previsão da receita pública, não sendo possível interpretar o que seja produto da arrecadação, e, nesse contexto, seria válida a dedução dos valores da renúncia fiscal da base de cálculo do FPM. Ou seja, as renúncias fiscais não comporiam a base de cálculo do FPM.

Diante dessa conclusão, claro é o *caráter genérico* do pedido do Autor, vez que objetiva que se determine à União que realize o repasse do FPM sobre o produto “bruto” da arrecadação, sem as deduções de incentivos fiscais criados por lei infraconstitucional, o que bem demonstra o caráter amplo da impugnação.

Dessa forma, trata-se de demanda em que se objetiva a exclusão dos valores de *todos* os benefícios, incentivos e isenções fiscais sobre determinado tributo, *impugnando de uma forma geral a desoneração tributária regularmente concedida*.

Assim, o que é cabível de ser reconhecido nesta demanda é apenas o que já foi acolhido pelo STF, diante da especificidade da matéria, como exceção ao RE n. 705.423, Tema n. 653 da Repercussão Geral, e sem infirmá-lo, qual seja, a inconstitucionalidade da dedução dos valores advindos das contribuições ao Programa de Integração Nacional - PIN e ao Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste – PROTERRA, da base de cálculo do Fundo de Participação dos Municípios. Portanto, as renúncias fiscais referentes a estes programas devem compor a base de cálculo do FPM.

Ante o exposto, **ACOLHO** os **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**, integrando a sentença com a presente fundamentação, para a



necessária verificação acerca da *adequação* da sentença por este juízo prolatada quanto ao precedente do Tema n. 1187 da Repercussão Geral (RE n. 1346658), cujo dispositivo passa a ter a seguinte redação:

Com esses fundamentos, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES** os pedidos deduzidos na inicial, resolvendo o mérito nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, para:

(i) **determinar** à Ré que os futuros repasses a título de Fundo de Participação dos Municípios sejam realizados sem dedução, de sua base de cálculo, das contribuições ao Programa de Integração Nacional - PIN e ao Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste – PROTERRA;

(ii) **condenar** a Ré ao pagamento da diferença devida em razão do reconhecimento que ora se faz, quanto às parcelas anteriores do FPM, observando-se a prescrição quinquenal.

Presentes os requisitos legais, **concedo** a tutela provisória de evidência (CPC, art. 311, IV) para que os futuros repasses a título de Fundo de Participação dos Municípios sejam realizados sem dedução, de sua base de cálculo, das contribuições ao Programa de Integração Nacional - PIN e ao Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste – PROTERRA.

Os valores retroativos devidos serão pagos após o trânsito em julgado (CF, art. 100, §§ 3º e 5º), e devem ser atualizados desde a data em que eram devidos (STJ, Enunciado nº 43), com juros e correção monetária conforme índices estabelecidos no Manual de Orientação de Cálculos da Justiça Federal.

Autor e Ré isentos de custas (Lei n. 9.289/1996, art. 4º, I).

Tendo em vista a ocorrência de sucumbência recíproca, aplica-se o disposto no art. 86, do CPC.

Assim, condeno o Autor no pagamento de honorários advocatícios, que – em atenção às condições estabelecidas no §2º, do art. 85, do CPC – fixo nas respectivas alíquotas mínimas previstas para as faixas indicadas nos incisos do §3º, incidentes sobre o valor atualizado da causa, subtraído o proveito econômico do Autor, e de acordo com a sistemática prevista no §5º do citado dispositivo legal.



Condeno a Ré no pagamento de honorários advocatícios, que – em atenção às condições estabelecidas no §2º, do art. 85, do CPC – fixo nas respectivas alíquotas mínimas previstas para as faixas indicadas nos incisos do §3º, incidentes sobre o valor do proveito econômico, apurado em cumprimento de sentença, e de acordo com a sistemática prevista no §5º do citado dispositivo legal.

Sentença sujeita a reexame necessário (CPC, art. 496 e Enunciado nº 490 do STJ).

No caso de eventuais apelações interpostas pelas partes, caberá à i. Secretaria intimar a parte contrária para contrarrazões, observado o disposto nos artigos 1.009, § 2º e 1.010, § 2º, do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015). Em seguida, remetam-se os autos ao e. Tribunal Regional Federal da 1ª Região, independentemente de juízo de admissibilidade, inclusive no que se refere à regularidade do preparo, nos termos do artigo 1.010, § 3º, do mesmo diploma legal.

Após o trânsito em julgado, expeça-se o precatório/RPV. Realizado o pagamento, arquive-se.

Intimem-se.

Brasília/DF

MARCELO GENTIL MONTEIRO

Juiz Federal Substituto da 1ª Vara – SJ/DF

